

A mediatização dos riscos: o caso dos riscos ambientais

Paulo Serra
Universidade da Beira Interior

Índice

1. Riscos ambientais e comunicação de risco	1
2. Origens e funções da mediatização dos riscos ambientais	3
3. Tendências dos <i>media</i> na comunicação dos riscos ambientais	4
4. Estudo empírico	5
4.1. Metodologia	5
4.2. <i>7</i> subsection.4.2	
4.2.1. Frequências	7
4.2.2. Relações entre categorias	10
4.2.3. Relevância	11
5. Discussão e conclusões	12
6. Referências bibliográficas	13
6.1. Gráficos	16

1. Riscos ambientais e comunicação de risco

De acordo com a definição da United States Environmental Protection Agency (EPA), risco ambiental é “a possibilidade de que a saúde humana ou o ambiente sofram danos em resultado da presença de perigos ambientais” (EPA, 2009); e, acrescenta uma outra definição, esses riscos ambientais podem ser “produzidos pelo homem ou derivados de causas naturais” (Abkowitz, 2002: 1). Os riscos ambientais ligam-se, assim, de forma directa, à saúde ambiental, entendida como “o aspecto da saúde pública que se preocupa com todos os

factores, circunstâncias e condições no ambiente ou proximidades dos seres humanos que podem exercer uma influência na sua saúde e bem-estar” (Last, 1987: 131).

Apesar de toda a literatura mais ou menos recente sobre os “riscos”, os riscos ambientais não são um exclusivo das sociedades contemporâneas. No entanto, é nestas sociedades que eles assumem características decisivas – daí, precisamente, a designação “sociedade de risco” (Beck, 1992) para caracterizar tais sociedades.

Como mostrou Foucault (1984), os “riscos ambientais” dos séculos XVIII/-XIX apresentam as seguintes características essenciais: i) Estão confinados no espaço (a urbe, o bairro, o lar), no tempo (a estação do ano, o surto, a epidemia) e na classe social (os pobres, os indigentes, os trabalhadores); ii) Centram-se na questão da “higiene”; iii) Têm nos médicos os seus peritos principais.

Por comparação, os riscos ambientais das sociedades contemporâneas:

- i) São omnipresentes, de longo prazo e de alcance global;
- ii) São difusos, em muitos casos invisíveis e de efeitos incalculáveis;
- iii) O seu estudo e gestão envolve peritos de múltiplas áreas. Ao que se pode acrescentar, ainda, que tais riscos são, na sua maior parte, produzidos pelo homem, pela tecnociência e a indústria. O conceito de “ambiente”, entendido por contraposição à de “espaço” – localizado, temporalizado – dá precisamente conta desta diferente natureza dos riscos nas sociedades contemporâneas. Exemplos paradigmáticos e conhecidos da materialização deste tipo de riscos são acidentes ambientais como os de Seveso (Itália, 1976), Three Mile Island (EUA, 1979), Chernobyl (Ucrânia, 1986) ou do Prestige (Galiza, 2002).

Foram essencialmente os riscos ambientais das sociedades contemporâneas, os terríveis acidentes a que deram lugar e a forma como estes foram mediados que fizeram surgir a necessidade de uma “comunicação de risco”.¹

Sendo multiforme,² a comunicação de risco pode ser classificada pelo menos quanto às seguintes dimensões (Serra, 2007):

¹ De acordo com a definição do National Research Council (1989: 21), “A comunicação de risco é um processo interactivo de troca de informação e opinião entre indivíduos, grupos e instituições. Envolve múltiplas mensagens acerca da natureza do risco e outras mensagens, não estritamente acerca de riscos, que exprimem preocupações, opiniões ou reacções a mensagens de risco ou a disposições legais ou institucionais para a gestão do risco.”

² “A comunicação de risco inclui mensagens movendo-se em várias direcções – não apenas dos peritos para os não peritos (leigos) mas também dos não peritos para outros não peritos, dos não peritos para os peritos e, especialmente, as mensagens de participação política dos cidadãos para os decisores públicos.” (National Research Council, 1989: 22)

- Motivação: temática (explícita) X não temática (implícita);
- Tempo: normal (prevenção) X de crise (emergência);
- Código: verbal (palavras) X não verbal (signos não verbais);
- Meio de comunicação: mediatizada X interpessoal;
- Fonte: institucional X alternativa.

Tendo em conta estas distinções, no presente texto aborda-se, no essencial, a comunicação de risco temática, normal e mediatizada, e simultaneamente verbal/não-verbal, institucional/alternativa – concretamente a forma como, ao longo de duas semanas, dois jornais portugueses ditos “de referência”, o *Público* e o *Diário de Notícias* (DN), abordaram os temas e riscos ambientais.

2. Origens e funções da mediatização dos riscos ambientais

Nos EUA e Inglaterra, o ambiente emerge como notícia (mediática) no final dos anos 60 e princípios dos anos 70, passando as questões ambientais a ser vistas pelos jornalistas como uma categoria de notícias com direito próprio. Segue-se um período, até meados dos anos 80, em que é dado especial relevo a acontecimentos específicos ligados ao ambiente. Só depois surge o “ambiente” como um problema global. (Hannigan, 2002: 62-3)

No que se refere a Portugal, entre finais dos anos 50 e 1974 o “ambiente” não existe nos *media* como tema e problema, sendo o discurso “predominantemente positivo (ou neutro)” (Schmidt, 2002: 57-8). É nos anos 1991-95 que se dá a “eclosão mediática do ambiente em Portugal”, com o aumento de notícias e a proliferação e politização dos problemas – o que se deverá, em grande parte, ao aparecimento de rádios locais, novos jornais e televisões privadas, em 1992-93 (Schmidt, 2003: 427).

Em matéria de comunicação de riscos, em geral, e de riscos ambientais, em particular, os *media* desempenham pelo menos três funções fundamentais:

1. Agendamento (*agenda-setting*) e enquadramento (*framing*): de acordo com a formulação (revista) que McCombs e Shaw fazem destas teorias (2000: 134), podemos afirmar que também em matéria de riscos ambientais “os *media* não só nos dizem *sobre o que* é que podemos pensar, como também nos dizem *como* pensar sobre isso; portanto, consequentemente, *o que* pensar”.

2. Intermediação: os *media* estabelecem a ligação entre os poderes instituídos, políticos, económicos e científicos, e os cidadãos – e isso em ambos os sentidos.³ No primeiro dos sentidos – dos poderes para os cidadãos –, os *media* funcionam sobretudo como “tradutores” da complexidade das questões e das suas implicações numa linguagem acessível e compreensível ao “grande público”. No segundo dos sentidos – dos cidadãos para os poderes –, os *media* servem, aos segundos, de “espelho” (Luhmann) das preocupações e inquietações dos primeiros.
3. Legitimação da tomada de decisões: os *media* funcionam como um fórum em que as questões relativas aos riscos ambientais são analisadas e discutidas nas suas múltiplas vertentes, tal como são analisadas e discutidas as várias hipóteses de solução em presença – e isso até um ponto em que se torna possível (considerar) uma decisão, se não informada, pelo menos mais ou menos consensual.⁴

3. Tendências dos *media* na comunicação dos riscos ambientais

Como mostrou Hannigan (2002: 64-68), cujas teses essenciais aqui resumiremos, os *media* tendem a efectuar a comunicação dos riscos ambientais de acordo com as cinco tendências/enquadramentos seguintes:

- i) Noticiam o ambiente em termos de acontecimentos, sejam eles “marcos” (o Dia da Terra, A Cimeira do Rio, etc., envolvendo eventualmente a presença de “celebridades”), catástrofes (marés negras, acidentes nucleares, etc.), ou eventos político-administrativos (audiências parlamentares, julgamentos, relatórios ambientais, etc.). Mesmo os processos – aquecimento global, poluição, etc. – tendem a ser transformados em acontecimentos pelos jornalistas. Se este enquadramento tem a vantagem de chamar (melhor) a atenção do público para os problemas ambientais, ele

³ “Eles [os *media*] ocupam uma posição de charneira entre os poderes políticos, económicos e científicos [...], e os cidadãos em geral – para os quais, além de arautos das suas preocupações, [...] funcionam como veículos tradutores da complexidade dos problemas, e também como transmissores da cultura científica e ambiental.” (Schmidt, 2002, p. 53)

⁴ “[...] a emergência de instituições discursivas responde a uma necessidade funcional nas sociedades modernas, nomeadamente a de permitir decisões colectivas num mundo em que já não são possíveis respostas claras e tecnicamente convincentes. Para além disso, a complexidade das questões contemporâneas requer o envolvimento de tantas perspectivas quanto possível, simultaneamente por razões de eficiência e legitimação.” (Eder, 2000: 239)

tem a desvantagem de apontar para as causas imediatas – e os “responsáveis” individuais – desses problemas, e não para as suas causas mediatas, de longo prazo, e de natureza económica, política e cultural. Um exemplo concreto deste “desvio” foi o do acidente do Exxon Valdez, de 1989, que foi relatado pelos *media* em termos de um alegado problema de alcoolismo do comandante do navio.

- ii) Baseiam frequentemente os seus trabalhos nas “fontes oficiais”, nomeadamente as ligadas a governos, instituições públicas e empresas - o que, mais cedo ou mais tarde, pode colocar-lhes problemas de credibilidade. Com efeito, e como mostram alguns dados do *International Social Survey Programme*, Portugal, 2000, relativamente à confiança dos cidadãos portugueses na informação sobre as causas da poluição, o conjunto de “Absoluta confiança+Bastante confiança” destes em relação às diversas fontes é, por ordem decrescente, o seguinte (resultados em %, para 1000 inquiridos): Centros de investigação /universidades: 57,6; Grupos ambientalistas: 49,3; Rádio/TV: 37,4; Serviços governamentais: 28,8; Jornais: 28,7; Empresas e indústria: 10,2 (Lima *et al.*, 2002: 67-69).
- iii) Dado terem dificuldade em enquadrar as “notícias ambientais” nas tradicionais secções dos jornais e outros *media* – por se referirem a aspectos que têm a ver com essas múltiplas secções -, dispersam essas notícias por múltiplas secções, retirando-lhes, assim, de certo modo, a “dignidade” (relevância) que elas poderiam/deveriam ter.
- iv) Os seus editores funcionam como *gatekeepers* que privilegiam histórias que envolvam polémica e sensacionalismo, ou barram outras que ferem os interesses económicos, nomeadamente publicitários, de que depende o órgão de informação
- v) Entendem o valor da objectividade como a exigência de ouvirem “ambas as partes” – o que, somado à incapacidade científica/pericial da generalidade dos jornalistas, acaba por deixar o destinatário na indefinição.

4. Estudo empírico

4.1. Metodologia

Com o objectivo de saber como se faz, mais concretamente, a mediatização dos riscos ambientais em Portugal e, assim, como se materializam entre nós as tendências acima apontadas, resolvemos fazer um pequeno estudo empírico.

Esse estudo incidiu na forma como, ao longo de duas semanas completas – de 2^a feira a domingo –, entre 15 e 21 de Outubro e 3 e 9 de Dezembro, os cadernos principais do jornais *Público* e *DN* fizeram a cobertura noticiosa dos temas/riscos ambientais.

Essas duas semanas foram escolhidas, de forma aleatória, do conjunto das semanas do último trimestre do ano de 2007. Acrescente-se, ainda, em relação à segunda das semanas seleccionadas, que o dia 3 de Dezembro marcou o início da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, que teve lugar em Bali (Indonésia) e contava com a presença de representantes de 190 países, sobre a questão das alterações climáticas (a conferência prolongou-se até 14 de Dezembro).

A escolha dos dois jornais e das duas semanas visava comparar as formas como, por um lado, jornais diferentes faziam a cobertura de um mesmo tema e, por outro lado, faziam essa cobertura ao longo de duas semanas com acontecimentos necessariamente díspares.

Para procedermos à análise dos 28 números dos jornais em causa e das suas 1496 páginas – 648 (43%) para o *Público*, e 848 (57%) para o *DN* –, utilizámos uma grelha de análise de conteúdo que incluía, para além do nome do jornal e do número total de páginas, as seguintes categorias:

- i) Dia – a data de publicação;
- ii) Número de página – a página em que aparecem as peças sobre temas/riscos ambientais, com especial destaque para a primeira e a última;
- iii) Secção – secção em que aparecem as peças sobre riscos ambientais, sendo que nenhum dos jornais possuía (nem possui) uma secção específica sobre ambiente;
- iv) Tamanho – tamanho das peças sobre riscos ambientais, tomando-se a página como unidade de medida;
- v) Foto – existência ou não de pelo menos uma foto, qualquer que fosse o seu tamanho;
- vi) Tema – identificação dos temas tratados, patentes nos títulos, *leads* e resumos das notícias;
- vii) Evento – o acontecimento que dá origem à notícia, como por exemplo uma conferência internacional, a publicação de um relatório, etc.;
- viii) Protagonista – o actor principal da notícia, em termos quer de pessoas, quer de instituições, tal como patente nos títulos, *leads* e resumos das notícias (note-se que nem sempre foi possível reduzir esse protagonista a um só).

4.2. Análise dos resultados⁵

A análise dos jornais veio a revelar a existência de um total de 110 peças, de tamanho bastante variável, sobre temas/riscos ambientais – sendo 53 (48%) no *Público*, e 57 (52%) no *DN*. Em termos da relação entre o total de peças e o total de páginas dos jornais, no *Público* ela é de 1 peça por 12,2 páginas, enquanto no *DN* é de 1 peça por 14,9 páginas. Já no que se refere à média de peças por número de jornal, ela é de 3,8 no *Público* (53/14), e de 4,1 (57/14) no *DN*. Podemos dizer, portanto, que apesar de o *Público* ter dedicado mais peças – mas não necessariamente mais espaço – do que o *DN* aos temas/riscos ambientais, a diferença entre os dois jornais não é suficientemente significativa. Algo semelhante se verifica, como veremos em seguida, relativamente à maior parte das várias (outras) categorias objecto de análise.

4.2.1. Frequências

Apresentam-se, a seguir, os principais resultados no que se refere às categorias Dia, Número de página, Secção, Tamanho, Foto, Tema, Evento e Protagonista.

■ Dia

Em termos de número de peças por dia, verifica-se que é no dia 20 de Outubro, um sábado, que é publicado o maior número de peças, 12 (10,9%), das quais 5 no *Público* e 7 no *DN*; e que é no dia 4 de Dezembro, uma 3^a feira, que é publicado o menor número de peças, 2 (1,8%), uma em cada um dos jornais. Na primeira das semanas o *Público* publica o maior número de peças na 3^a e na 4^a feira, enquanto na 2^a semana isso acontece na 4^a, 5^a e 6^a feira; já o *DN*, quer na primeira, quer na segunda semana, publica o maior número de peças na 6^a, sábado e domingo. O número de semanas analisado (duas) não é, no entanto, suficiente para tirar conclusões sobre tendência gerais nesta matéria. Por outro lado, e como já referimos atrás, maior número de peças não significa, necessariamente, maior espaço ou primeiras páginas. De facto, e como veremos adiante, apesar de no dia 3 de Dezembro se terem publicado apenas 4 peças, 2 em cada um dos jornais, duas delas são peças de 2 páginas cada.

Comparando ambas as semanas, não se vê também diferenças assinaláveis em termos do número de peças publicado. Assim, na semana de 15 a 21 de

⁵Os principais resultados podem ser visualizados no conjunto de gráficos que apresentamos em Anexo, a seguir às Referências bibliográficas.

Outubro, os dois jornais publicam, no conjunto, 60 peças (54,5% do total), publicando 50 (45,5%) na semana de 3 a 9 de Dezembro. Já em termos de espaço, a situação é inversa: enquanto na primeira semana se dedica 7 páginas inteiras (tamanhos 1 ou 2) ao ambiente, na segunda semana dedica-se-lhe 10 páginas.

- Número de página

As páginas com maior número de peças são, em ambos os jornais, a primeira e a última (que nos gráficos designámos por 99), ambas com 7 peças (6, 4%). Seguem-se as páginas 16 e 18, ambas com 6 peças cada (5,5). O conjunto das quatro páginas em causa soma, assim, 26 peças, 24% do total.

A maior frequência de peças na primeira e na última página explica-se, obviamente, pelo facto de essas páginas incluírem manchetes e chamadas de atenção para as páginas interiores do jornal.

- Secção

As secções em que ambos os jornais publicaram mais peças foram Portugal, com 42 (38,2% do total) e Mundo, com 22 (20,0%). O menor número de peças nesta secção no *Público* é compensada pela existência de uma secção que não existe no *DN*, “Local” – que tem a ver também com Portugal – onde foram publicadas 9 peças (8,2% do total). Se juntarmos este valor ao de Portugal, o conjunto Portugal/Local atinge 51 peças (46,4%). De registar ainda, no *Público*, a relativa importância da secção de Economia, menos relevante no *DN*.

- Tamanho

Em termos de tamanho, em cada um dos jornais o maior número relativo de peças obedece ao tamanho $\geq 1/4 < 1/2$ (36 peças, correspondendo a 32,7%). Com essa notável excepção, podemos dizer que o número das peças varia na razão inversa do tamanho das mesmas, sendo de 24 (21,8%) no que se refere ao tamanho $< 1/8$ e de 4 (3,6%) no que se refere ao tamanho 2.

- Foto

A maior parte das peças (65,5%) aparece com uma ou mais fotos – sendo que essa distribuição é praticamente igual em ambos os jornais.

- Tema

Nas semanas em análise, a agenda noticiosa dos dois jornais foi dominada por três grandes temas: as Alterações climáticas (22 peças, 20% do total), Sacos de plástico (12, 10,9%) e Extinção de espécies animais (11, 10%) – sendo que estes dois últimos são mais relevantes no *Público* que no *DN*, tendo o primeiro um número de peças mais ou menos equivalente em ambos os jornais. O quarto tema tratado foi o de Alta tensão, com 8 peças (7,3 %), sendo 2 no *Público* e 6 no *DN*. Por outro lado, o *Público* dá relevo a um tema que o *DN* não trata, a Poluição atmosférica, enquanto o *DN* dá relevo a temas que o *Público* trata menos ou não trata, respectivamente os Incêndios florestais e as Energias renováveis.

Estes temas têm diferentes destaques ao longo dos diversos dias observados: assim, os dias 3 e 4 de Dezembro referem-se exclusivamente ao tema das alterações climáticas, que se mantém como tema dominante ao longo da semana de Dezembro; outro tema que tem grande destaque nesta semana é o dos Sacos de plástico. Os outros temas vão-se distribuindo ao longo dos dias, com uma certa predominância do tema da Alta tensão na semana de Outubro.

■ Evento

Os eventos a que as peças de ambos os jornais se referem em maior quantidade são Conferência internacional (no caso, a de Bali), com 13 menções (11,8% do total), distribuídas de forma semelhante por ambos os jornais. Seguem-se a Informação/declaração (notas de imprensa, etc.), com 10 menções (9,1%), e que apresenta maior peso no *DN* que no *Público*; Anúncio e Lei/projecto de lei, ambas com 9 menções (8,2%), sendo que também a primeira tem mais menções no *DN*, apresentando a outra um certo equilíbrio; e, com 8 menções (7,3%), Acidente ambiental.

■ Protagonista

Ao longo das duas semanas destacam-se, de forma clara, dois tipos de protagonistas: Governo/Organismos governamentais, com 26 menções (23,6%) e Populações/Representantes (em que se incluem, nomeadamente, os advogados ao seu serviço), com 14 menções (12,7%) – um e outro grupo distribuído de forma mais ou menos semelhante por ambos os jornais. Outros protagonistas importantes são as Empresas (8 menções, 7,3%), com maior destaque no *DN*; os Cientistas/Técnicos e os Deputados/Políticos, cada um dos grupos com 7 menções (6,4%) e com o primeiro grupo a ter mais destaque no *Público*; e as Autarquias/Autarcas (6 menções, 5,5%), também com maior destaque no *Público*.

4.2.2. Relações entre categorias

Nesta matéria interessaram-nos, particularmente, as relações existentes entre os temas e os dias (do mês, da semana), os temas e os eventos, os protagonistas e os temas e os protagonistas e os eventos.

- Tema X Dia

No que diz respeito a esta relação, e como já referimos atrás, a semana de 3 a 9 de Dezembro foi claramente dominada pelo tema das Alterações climáticas – que, no entanto, também aparece na semana de 15 a 21 de Outubro. Confirma-se, assim, a importância dos “marcos”, nomeadamente as conferências internacionais, no agendamento dos temas/notícias ambientais. Um outro tema importante ao longo desta mesma semana foi o dos Sacos de plástico, mais concretamente da eventual apresentação de um projecto-lei para taxar os sacos de plásticos nos hipermercados e similares. Quanto à semana de Outubro, ela caracteriza-se sobretudo pela pluralidade dos temas, com alguma relevância para os da Alta tensão, da Extinção de espécies animais – que surge também na semana de Dezembro –, e dos Incêndios florestais.

- Tema X Evento

O tema da Alta tensão aparece principalmente relacionado com Acção judicial – concretamente, das populações contra as empresas do sector; as Alterações climáticas, com Conferência Internacional (de Bali); os Sacos de plástico, com Lei/Projecto de lei, o mesmo acontecendo com a Co-incineração ou o Fumar/Tabaco – em todos estes casos, o que está em causa são ou projectos ou diplomas governamentais já aprovados; a Extinção de espécies animais aparece relacionada com Estudos/Relatórios de índole científica e Acordos (nomeadamente internacionais) para protecção das espécies.

- Protagonista X Tema

No caso das Autarquias/autarcas, o tema dominante é o da Qualidade da água. No dos Cientistas/técnicos, é o da Extinção das espécies. O Governo/Organismos governamentais aparece ligado a uma pluralidade de temas, não parecendo haver uma predominância de qualquer deles – o que já não se verifica se o considerarmos associado a outras entidades, havendo neste caso predominância do tema dos Sacos de plástico. A ONU, sozinha ou associada a outras entidades, aparece claramente relacionada com o tema das Alterações climáticas. Quanto à População/Representantes, ela liga-se sobretudo a temas como

os da Alta tensão ou o da Co-incineração. Registe-se, a este propósito, a discrepância entre as preocupações destes últimos protagonistas: a uma ONU mais virada para um tema de alcance global e de médio ou longo prazo, corresponde uma População virada, sobretudo, para temas que a afectam (ou pensa que a afectam) localmente e de forma mais ou menos imediata.

- Protagonista X Evento

Atentando nos dois principais protagonistas das notícias – Governo/Organismos governamentais e População/Representantes –, verificamos que em relação a Governo/Organismos governamentais os eventos principais são o Anúncio, o Programa/Plano, o Acidente ambiental e a Informação/Declaração; já em relação a População/Representantes os principais eventos são a Acção judicial e a Reunião (da população).

4.2.3. Relevância

Dois dos critérios fundamentais da relevância de um tema/notícia num jornal são a página em que se encontra localizado – considerando-se, neste caso, a 1ª página como a mais relevante – e o tamanho que ele ocupa – nomeadamente quando tal tamanho se destaca, claramente, do dos restantes temas/notícias, como é o caso quando ocupa 2 páginas. Apresentamos, em seguida, os Temas, os Eventos e os Protagonistas mais relevantes tendo em conta estes dois critérios.

- Tema

Os temas de 1ª página foram os seguintes: Sacos de plásticos, com 3 menções, 2 no *Público* e 1 no *DN*; Poluição atmosférica, com 1 menção no *Público*; e Alta tensão, Alterações climáticas, e Fumar/Tabaco, cada um com 1 menção no *DN*.

Quanto ao tamanho de 2 páginas, Alterações climáticas tem 2 menções, uma em cada um dos jornais, tendo Catástrofes ambientais 1 menção no *DN* e Sacos de plástico 1 menção no *Público*.

Da conjugação de ambos os critérios resultam, como mais relevantes, os temas dos Sacos de plástico – 4 menções, no conjunto –, e o das Alterações climáticas – 3 menções, no conjunto.

- Eventos

Os eventos mencionados na 1ª página foram os seguintes: Lei/projecto de lei, com 3 menções, 2 no *Público* e 1 no *DN*; Anúncio, com 2 menções, ambas no *DN*; e Conferência internacional, com 1 menção no *DN*, e Crítica jornalística, também com 1 menção, mas no *Público*.

No que se refere ao tamanho de 2 páginas, temos Conferência internacional, com 2 menções, uma em cada um dos jornais; e Crítica jornalística, com 1 menção no *Público*, e Edição de livros, com 1 menção no *DN*.

Da conjugação destes critérios temos, como mais relevantes, os eventos Lei/projecto de lei, e Conferência internacional, cada um deles com 3 menções.

■ Protagonistas

Em termos de 1ª página, os protagonistas distribuem-se da seguinte maneira: Empresas, com 2 menções, ambas no *DN*; Governo/Organismos governamentais, com 2 menções, uma em cada um dos jornais; Governo/Empresas, com 1 menção no *Público*, ONG, com 1 menção também no *Público*, e ONU+Governos, com 1 menção no *DN*.

No que se refere a tamanho de 2 páginas, a distribuição é a seguinte: ONU+Governos, com 2 menções, uma em cada jornal; Escritores, com 1 menção no *DN*, e Governo+Empresas+ONG, com 1 menção no *Público*.

A conjugação dos dois critérios mostra, como mais relevante, o Governo, que, se considerado associado a outras entidades, obtém 4 menções; segue-se-lhe a ONU+Governos, que obtém 3 menções.

5. Discussão e conclusões

O pequeno estudo empírico que acabamos de apresentar mostra, de forma clara, que o agendamento mediático dos temas ambientais, bem como a relevância relativa que lhes é dada, depende, em última análise, quer da importância atribuída aos eventos a que se reportam tais temas, quer da notoriedade económica, política ou social dos protagonistas desses eventos. Tal observa-se, de forma clara, relativamente aos dois temas que dominam a agenda noticiosa no período que analisámos: o tema das Alterações climáticas, ligado à Conferência de Bali e a protagonistas como a ONU e os representantes dos governos; e o tema dos Sacos de plástico (da sua eventual taxa), ligado ao anúncio de um projecto-lei governamental e a protagonistas como o Ministério do Ambiente e as empresas de distribuição.

O contraponto disto é que outros temas, ligados a eventos e protagonistas menos “importantes” ou “notáveis”, têm muito menos probabilidade de fazer a sua irrupção na agenda mediática – só o fazendo em condições especiais. É o

caso, nomeadamente, de temas como os da alta tensão, da co-incineração ou da poluição de terrenos e aquíferos, protagonizados por populações, cidadãos ou organizações não governamentais, e que só se tornam visíveis graças a eventos como as acções judiciais, as denúncias, os protestos, as manifestações, etc.

Os *media* revelam-se, assim, também no domínio da comunicação dos riscos ambientais, como um campo que, *precisamente* por ter como valores fundamentais a “neutralidade” e a “objectividade”, acaba por conceder mais voz aos que, à partida, já têm mais voz. E, ao mesmo tempo, por obrigar aqueles que não têm voz a conquistarem e imporem a sua própria voz.

6. Referências bibliográficas

- Abkowitz, Mark D. (2002). *Environmental Risk Communication: What Is It and How Can It Work: Summit Proceedings*. Nashville: Vanderbilt University, March 5-6.
- Cohen, Maurie J. (Ed.) (2000). *Risk in the Modern Age. Social Theory, Science and Environmental Decision-Making*. Nova York: Palgrave.
- Eder, Klaus (2000). “Taming risks through dialogues: the rationality and functionality of discursive institutions in risk society”. In Cohen, Maurie J. (Ed.). *Risk in the Modern Age. Social Theory, Science and Environmental Decision-Making*. Nova York: Palgrave, pp. 225-248.
- Foucault, Michel (1984). “The politics of health in the eighteenth century”. In Rabinow, P. (Ed.). *The Foucault Reader: An Introduction to Foucault's Thought*. Nova York: Pantheon Books, pp. 273-289.
- Gonçalves, Maria Eduarda (2003). *Globalização, Novos Riscos e Ciência* (Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais – 2002, Volume 4). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Gonçalves, Maria Eduarda (2003). “Introdução”. In Gonçalves, Maria Eduarda. *Globalização, Novos Riscos e Ciência* (Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais – 2002, Volume 4). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 5-10.
- Hannigan, John (2002). *Environmental Sociology. A Social Constructionist Perspective*. Londres, Nova York: Routledge.
- Lidskog, Rolf (2000). “Scientific evidence or lay people's experience? On risk and trust with regard to modern environmental threats”. In Cohen,

- Maurie J. (Ed.). *Risk in the Modern Age. Social Theory, Science and Environmental Decision-Making*. Nova York: Palgrave, pp. 196-224.
- Lima, Luísa, Cabral, Manuel Villaverde, Vala, Jorge, & Ramos, Alice (Org.) (2002). *Ambiente e Desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lum, Max R., & Tinker, Tim L. (Ed.). (1994). *A Primer on Health Risk Communication Principles and Practices*. Atlanta, Georgia: U.S. Department of Health and Human Services Agency for Toxic Substances and Disease Registry (ATSDR).
- McCombs, Maxwell E., & Shaw, Donald L. (2000). "The Evolution of Agenda-setting Research: Twenty Five Years in the Marketplace of Ideas". In Traquina, Nelson. *O Poder do Jornalismo. Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra: Minerva, pp. 125-135.
- National Research Council (1989). *Improving Risk Communication*. Washington, D.C.: National Academy Press.
- Peters, Richard G., Covello, Vincent T., & McCallum, David B. (1997). "The Determinants of Trust and Credibility in Environmental Risk Communication: An Empirical Study". *Risk Analysis*, 17(1): 43-54.
- Peterson, Alan, & Lupton, Deborah (2000). *The New Public Health: Health and Self in the Age of Risk*. Londres: Sage Publications.
- Schmidt, Luísa (2003). "Ciência, risco ambiental e democracia: O papel dos media". In Gonçalves, Maria Eduarda. *Globalização, Novos Riscos e Ciência* (Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais – 2002, Volume 4). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 53-76.
- Schmidt, Luísa (2003). *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Serra, Paulo (2007). "Os riscos da comunicação na comunicação dos riscos". In *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, www.bocc.ubi.pt [Consultado em 7 de Janeiro de 2009].
- U. S. Department of Health and Human Services (2002). *Communicating in a Crisis: Risk Communication Guidelines for Public Officials*. Washington D.C., www.riskcommunication.samhsa.gov [Consultado em 11 de Dezembro de 2008].

United States Environmental Protection Agency (2002). *Risk Communication in Action: Environmental Case Studies*. Cincinnati: EPA.

United States Environmental Protection Agency. "Environmental risk". In *Waste and Cleanup Risk Assessment Glossary*, <http://epa.gov/oswer/riskassessment/glossary.htm> [Consultado em 9 de Fevereiro de 2009].

Anexos

6.1. Gráficos

Gráfico 1
Total de peças (%)

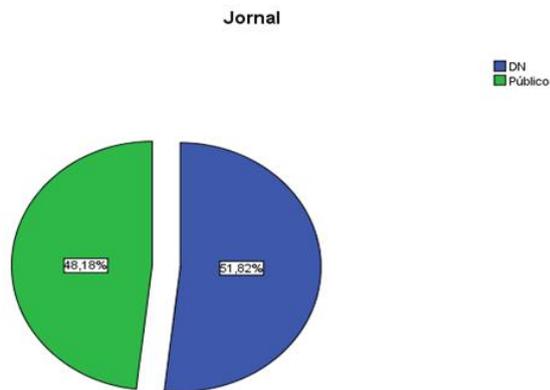


Gráfico 2
Dia (mês/semana)
Nº de peças

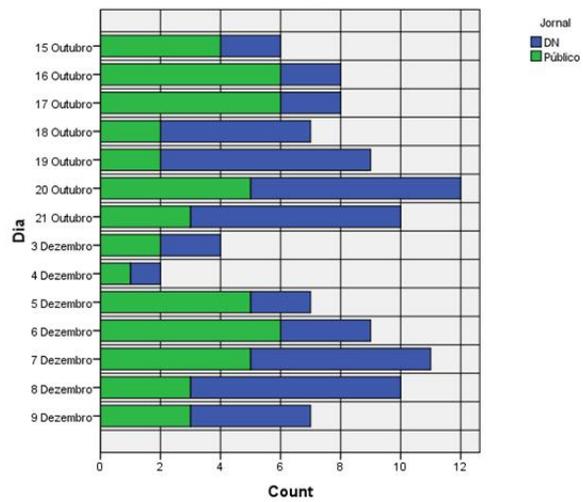


Gráfico 2.1.
Dia (mês/semana)
Tamanho das peças

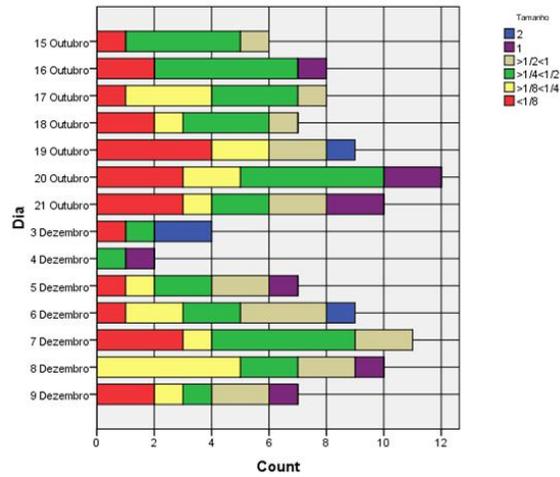


Gráfico 3
Nº de página

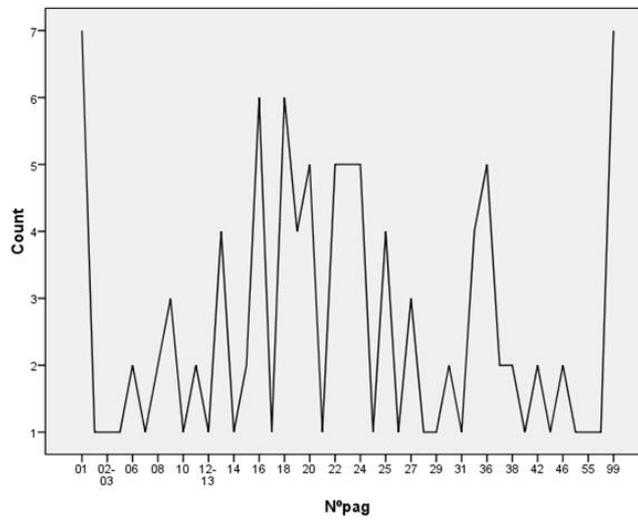


Gráfico 4
Secção

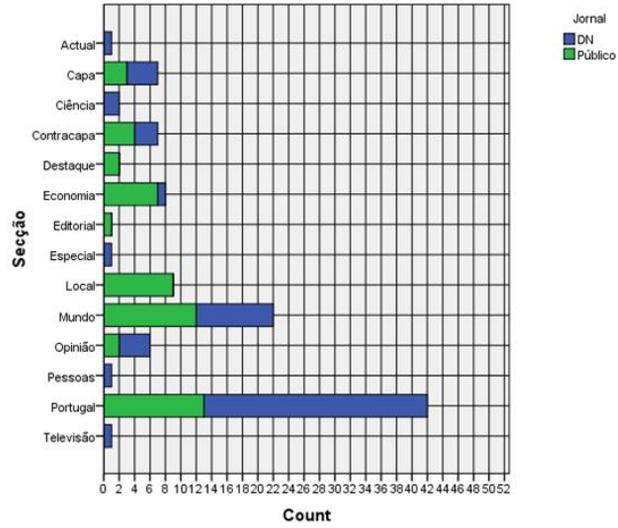


Gráfico 5
Tamanho

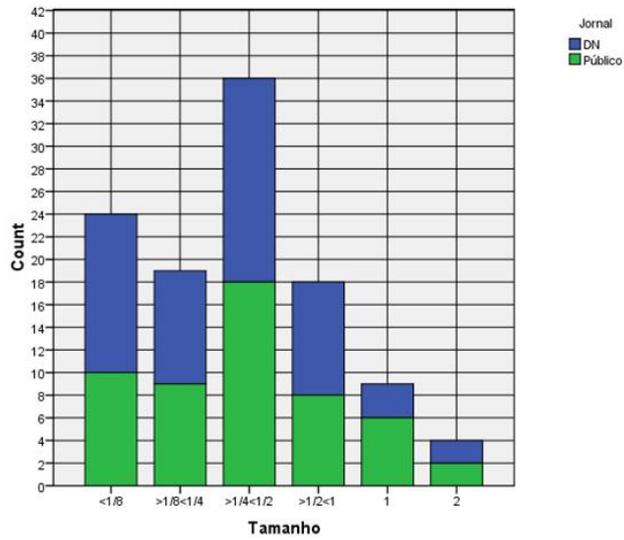


Gráfico 6
Foto

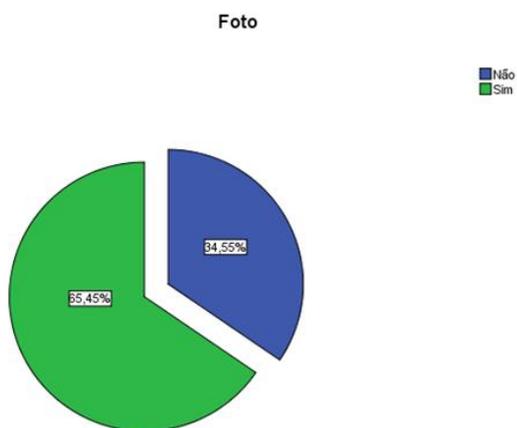


Gráfico 7
Tema

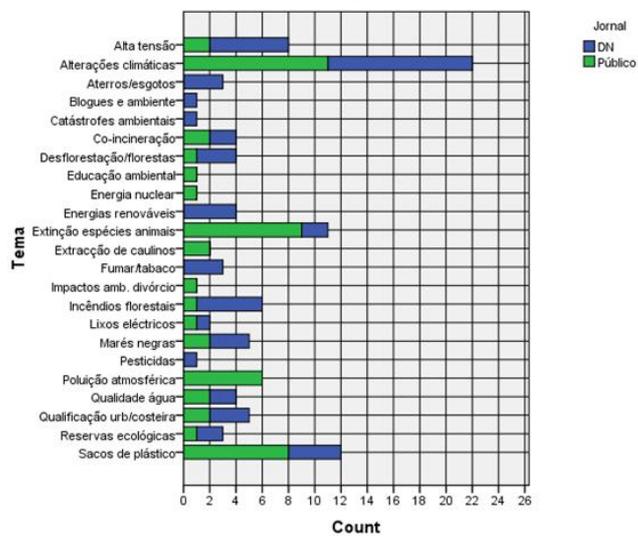


Gráfico 8
Evento

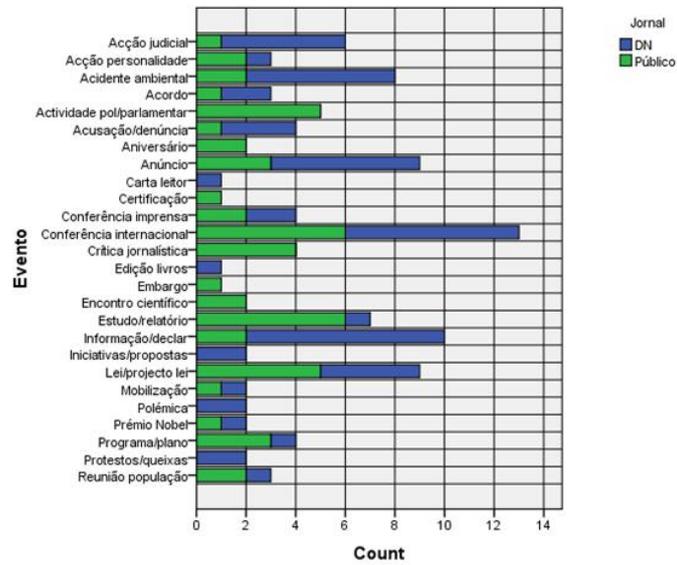


Gráfico 9
Protagonista

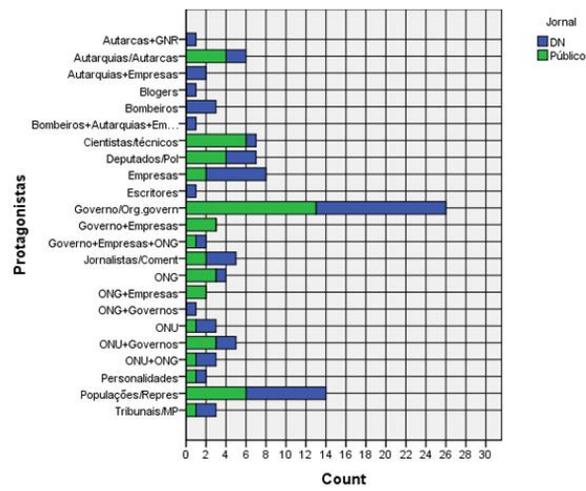


Gráfico 10
Tema X Dia

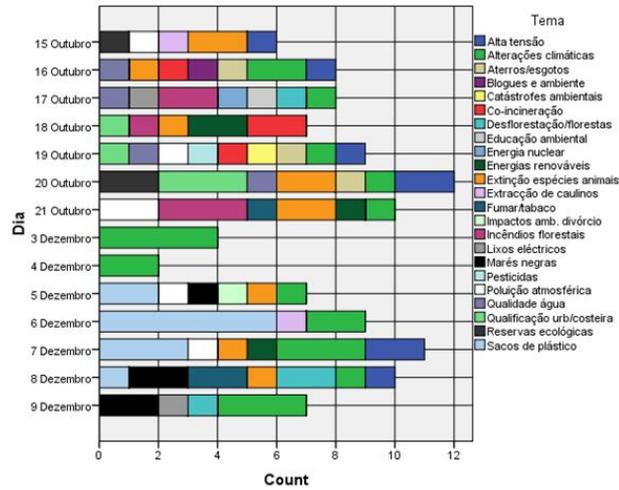


Gráfico 10.1
Tema X Dia
O caso das alterações climáticas

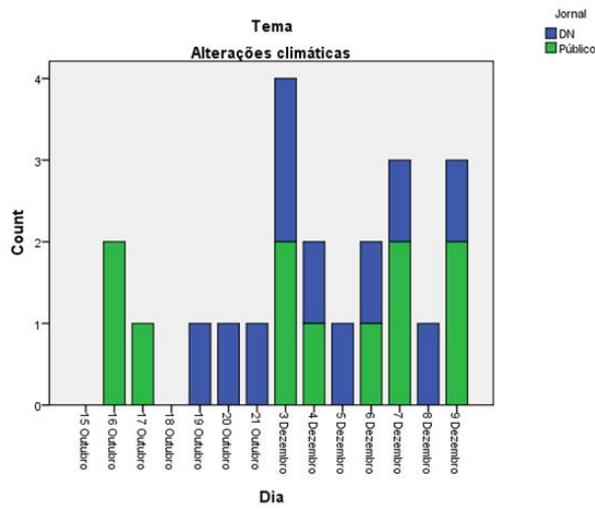


Gráfico 11
Tema X Evento

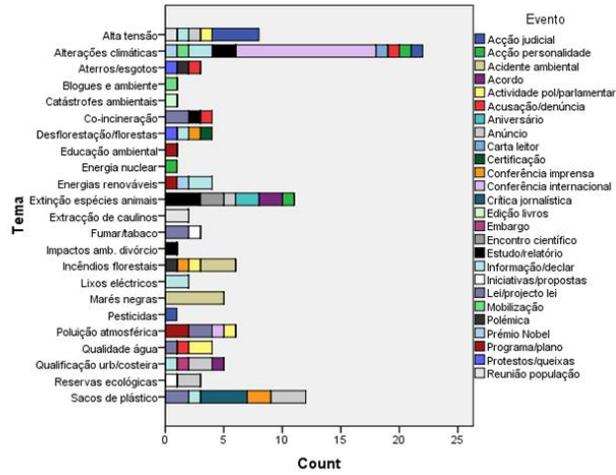


Gráfico 13
Protagonista X Evento

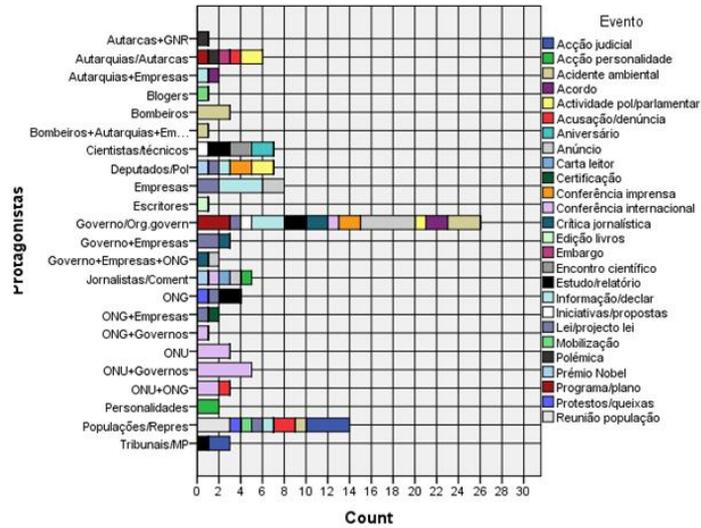


Gráfico 14
Temas de 1ª página

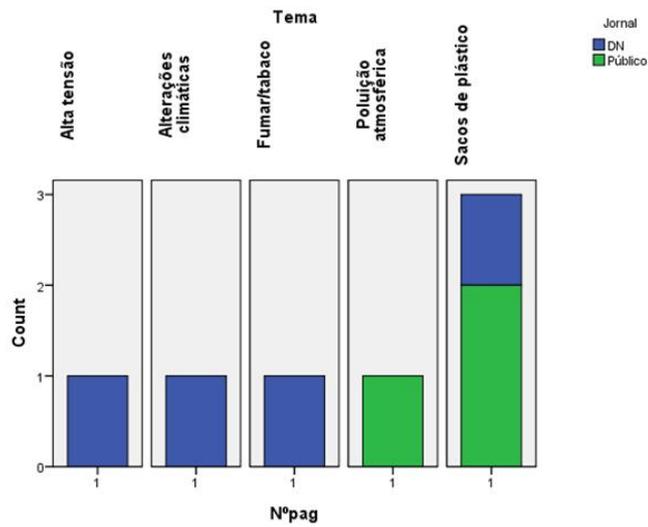


Gráfico 14
Temas de 1ª página

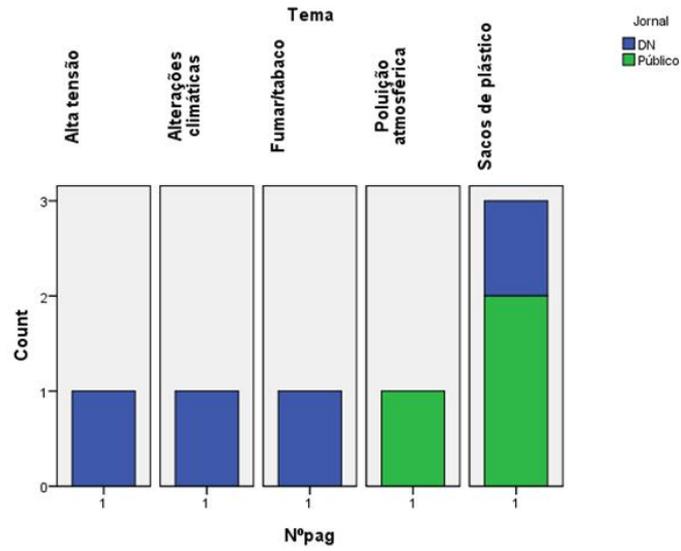


Gráfico 16
Eventos de 1ª página

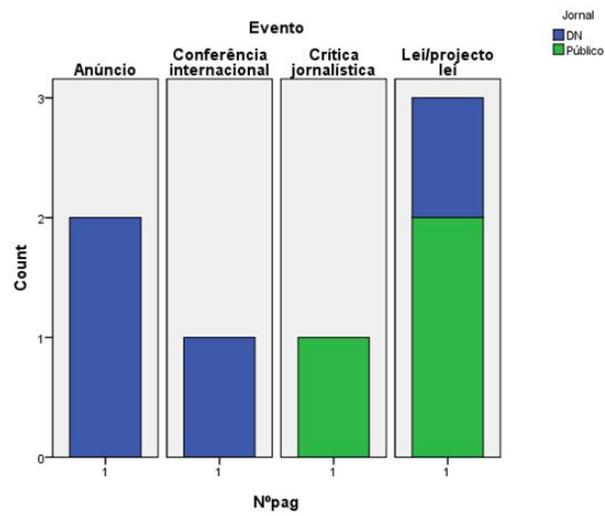


Gráfico 17
Eventos com 2 páginas

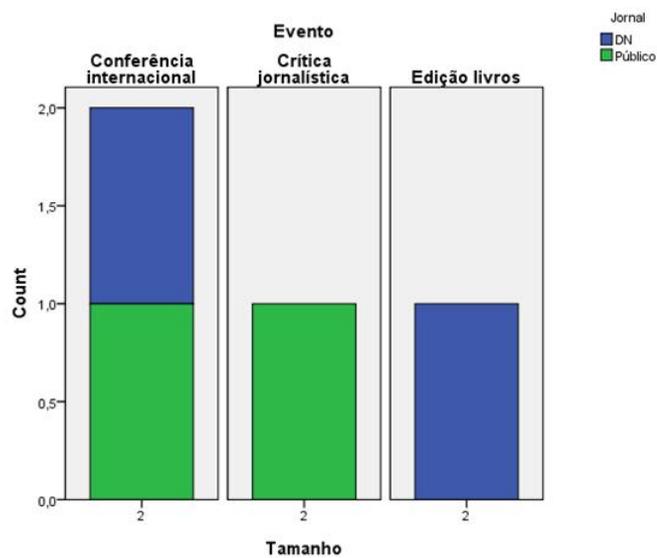


Gráfico 18
Protagonistas de 1ª página

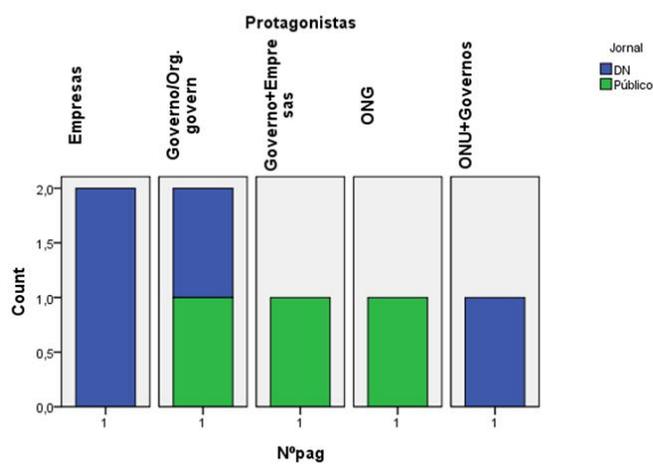


Gráfico 19
Protagonistas com 2 páginas

